

ATA NÚMERO 117XIII (3.ª)

M

A 21 de março de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Secretário de Estado do Tesouro, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre o Forte de Santo António da Barra.

II Parte

1. Informações

2. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;
- [Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- [Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\) \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

3. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1325/XIII \(3.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes para salvaguardar o Forte de Santo António da Barra.
- [Projeto de resolução n.º 1383/XIII \(3.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda do Forte de Santo António da Barra.

4. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Secretário de Estado do Tesouro, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre o Forte de Santo António da Barra

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Álvaro Novo, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar autor do requerimento em apreciação.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) fez a apresentação do requerimento salientando que o Forte de Santo António da Barra está abandonado e vandalizado com grafitis, registando-se uma destruição e degradação das cinturas de muralhas, do fosso e mesmo da capela.

Disse não ser muito comum o Senhor Secretário de Estado do Tesouro vir a uma audição à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e desconfia que outras audições como esta vão voltar a acontecer, salientando que a apresentação do requerimento por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP foi a única forma de alguma coisa acontecer, ainda que não seja aquela a que a população de Cascais e os seus autarcas mais desejariam, a de se encontrar uma solução definitiva para o problema em apreciação.

Confrontados com a destruição e a vandalização de um forte que faz parte da história e da cultura portuguesas e do nosso património, referiu que não nos podemos esquecer que o Forte de Santo António da Barra teve um papel extremamente relevante na defesa de toda aquela linha no período histórico ligado à própria independência de Portugal e na história mais recente do nosso país ficou muito conhecido por ser o local de veraneio do Presidente do Conselho António Salazar e onde teve o famoso acidente que o conduziu à morte. Por todas essas razões, esse Forte faz parte da nossa memória coletiva e nessa medida deve ser aberto à população para que possa ser visitado e devidamente usufruído.

Salientou que, apesar de em 2015 estarem já reunidas todas as condições e os meios financeiros necessários para ali colocar um conjunto de equipamentos, de facto é que a cedência desse imóvel por parte do Estado à Câmara Municipal de Cascais nunca chegou a ser feita.

Adiantou também o facto de já este ano todos terem sido confrontados com a destruição e vandalização do Forte, o que levou o Grupo Parlamentar do CDS-PP a requerer a audição do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, cuja Secretaria de Estado se recusa a fazer a cedência do Forte à Câmara Municipal de Cascais. O Ministério da Defesa Nacional, que historicamente teve a tutela daquele forte, queria tê-lo feito, mas de facto nada se fez, tendo, inclusivamente, o Ministério das Finanças colocado uma série de obstáculos a essa cedência.

Para o Grupo Parlamentar do CDS-PP os resultados estão à vista de todos e a sua vandalização é mais do que evidente e a verdade é que o Estado nem sequer conseguiu proteger algo que é de todos nós. Já depois de o Grupo Parlamentar do CDS-PP ter requerido a audição do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e de ter apresentado um projeto de resolução sobre essa matéria, o Estado decidiu finalmente passar de uma forma transitória, mais concretamente durante o período de um ano, este Forte para a tutela da Câmara Municipal de Cascais, até para que esta possa interferir no espaço, fazer a sua limpeza e proteção.

Terminou a sua intervenção colocando ao Senhor Secretário de Estado três questões muito concretas:

- Quando é que o Governo vai assinar a cedência definitiva daquele espaço, permitindo que ali sejam disponibilizados um conjunto de equipamentos públicos?
- Quando é que o Ministério das Finanças vai dar autorização para que se proceda a essa mesma transferência?
- Quando é que a população de Cascais e todos os portugueses vão poder usufruir daquele espaço?

O Senhor Secretário de Estado do Tesouro começou por afirmar ser esta audição extemporânea, na medida em que a gestão do forte pertence à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e não à Secretaria de Estado do Tesouro, sendo que todas as questões devem ser dirigidas ao

Ministério da Defesa Nacional. E é também extemporânea porque há já um protocolo assinado entre o Ministério da Defesa Nacional e a Câmara Municipal de Cascais.

De seguida, registou haver, sim, outras questões estruturantes que têm de ser analisadas. Em primeiro lugar, uma falha no diálogo e cooperação institucional, devendo a Câmara Municipal de Cascais usar menos a praça pública para tratar destes assuntos. Frisou que, de resto, o seu Gabinete nunca recebeu um pedido de audiência daquela entidade para tratar destes temas.

Em segundo lugar, é necessário haver uma ação concertada para resolver os problemas existentes na zona de Cascais a nível do seu património, na medida em que, para além desse forte, existem mais 10 imóveis cuja situação tem também de ser analisada. Defende que tem de haver uma abordagem global e que essa é uma questão que a Secretaria de Estado vai exigir à Câmara Municipal de Cascais, que tem outros fortes sob a sua responsabilidade, tal como o Forte da Cadaveira e o Forte do Guincho, que não estão a ser devidamente valorizados pela autarquia.

Da sua parte não houve qualquer recusa em fazer essa cedência à Câmara Municipal de Cascais. Há, sim, vontade de cooperar institucionalmente com aquele município, mas o Governo quer tratar de todas as pendências existentes naquele concelho e não apenas da situação daquele Forte.

Usaram da palavra, para colocar várias questões, os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP).

O Senhor Secretário de Estado do Tesouro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo afirmado, designadamente, que todos as pendências têm de ser resolvidas em conjunto e não separadamente, que há interesse do Governo em valorizar todo o património nacional, que o Governo não pretende incluir o Forte da Barra no Programa REVIVE; que os Fortes da Poça e do Guincho poderão vir a ser incluídos nesse programa.

Por último, reportou-se às iniciativas que o Governo está a levar a cabo para valorização do património cultural, designadamente no âmbito do Programa REVIVE e ao conjunto de imóveis no

concelho de Cascais que não têm interesse histórico nem cultural mas que são passíveis de ser valorizados e com isso gerar receitas para resolver os problemas existentes nos 5 fortes existentes.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP), tendo o Senhor Secretário de Estado do Tesouro respondido no fim a todas as questões colocadas.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

1. Informações

Entrando na primeira parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta de que passaram a integrar a Comissão como Deputados efetivos os Senhores Deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Margarida Balseiro Lopes (PSD) e a suplentes Ana Sofia Bettencourt (PSD), Firmino Pereira (PSD) e Pedro Pimpão (PSD).

2. Fixação da redação final dos projetos de resolução

- [Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;
- [Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- [Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\) \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

O Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) propôs que na fusão elaborada pela DAPLEN para os projetos de resolução n.ºs 1281 e 1287/XIII (3.ª) constasse o n.º 2 da resolução resultante da aprovação do projecto de resolução n.º 1281/XIII (3.ª), do BE, que refere:

«1 — (...)

2 — A disponibilização ao referido grupo de trabalho, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, designadamente da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, de todos os recursos necessários à prossecução dos desígnios, designadamente logísticos, jurídicos e de interpretação de Língua Gestual Portuguesa.»

Esta proposta foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para agregar as propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do BE e do PCP, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) propôs que a redação final do texto de fusão fosse a seguinte:

«1- A constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, para **elaborar uma análise das condições de interpretação da Língua Gestual Portuguesa nas emissões televisivas, identificando as limitações e problemas existentes, bem como** propostas, inclusive legislativas, de calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos por parte da comunidade surda, **em conjunto com as organizações representativas das pessoas com deficiência, em especial das pessoas surdas**, incluindo representantes da Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS), da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), do Ministério da Cultura, da RTP, da SIC e da TVI, para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar, no prazo de 180 dias, as medidas necessárias e uma proposta de calendarização tendo em vista a total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- b) Analisar os desafios e as necessidades existentes, tendo em vista melhorar a situação atual, e sugerir alterações legislativas no sentido de consagrar na lei a obrigatoriedade de cumprimento da acessibilidade dos conteúdos televisivos.

2- **Em articulação com as entidades referidas**, assegure a melhoria do serviço público de televisão, prioritariamente, e sem prejuízo de outras medidas, através da inclusão de legendas em toda a programação infantil, alargando-as progressivamente aos programas emitidos em diferido, **o aumento do número de horas de interpretação em Língua Gestual Portuguesa no imediato na televisão pública, com o posterior alargamento aos operadores privados**, bem

como análise e corrija as condições em que é feita atualmente a interpretação de Língua Gestual Portuguesa, designadamente o reduzido tamanho da “janela” e os enquadramentos e liberdades artísticas que dificultam a transmissão da mensagem veiculada.

- 3- A disponibilização ao referido grupo de trabalho, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, designadamente da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, de todos os recursos necessários à prossecução dos desígnios, designadamente logísticos, jurídicos e de interpretação de Língua Gestual Portuguesa.»

O texto final resultante da fusão, com a redação resultante das propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do BE e PCP, e o respetivo título foram fixados por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

3. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1325/XIII \(3.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes para salvaguardar o Forte de Santo António da Barra.
- [Projeto de resolução n.º 1383/XIII \(3.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda do Forte de Santo António da Barra.

Não se encontrando presente o Grupo Parlamentar do CDS-PP, proponente da iniciativa supra, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

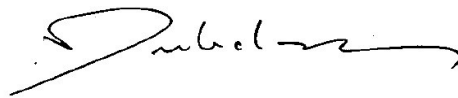
4. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 12 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar CDS-PP na reunião de 24 de abril de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Silva
Gabriela Canavilhas
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Pedro Mota Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
João Pinho de Almeida
João Torres
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Delgado Alves
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro
Sara Madruga da Costa